

Dívida Pública País supera meta do FMI

Da Agência Folha

20 JUN 2000

CORREIO BRAZILIENSE

Os aumentos dos preços dos combustíveis em março reforçaram o caixa da Petrobras em abril e ajudaram o governo a superar a meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o pagamento de juros da dívida pública. A União, os estados, os municípios e as empresas estatais economizaram R\$ 17,275 bilhões em seus orçamentos no primeiro quadrimestre deste ano e destinaram esses recursos ao pagamento de juros da dívida pública.

Essa economia, tecnicamente conhecida como superávit primário, não é nada desprezível, considerando que o governo já ultrapassa em R\$ 1,1 bilhão a meta fixada pelo FMI para o primeiro semestre: R\$ 16,175 bilhões. Mas o resultado ainda não é garantia de um ajuste fiscal permanente. Boa parte do superávit foi obtida graças à demora na sanção do Orçamento — que só ocorreu em maio e repressou gastos federais — e às receitas extraordinárias que entraram no caixa federal neste início de ano. Quando visto isoladamente, o resultado de abril não é tão alto assim, embora seja recorde para o mês. O acordo com o FMI estimava superávit primário de R\$ 3,692 bilhões em abril, mas o resultado do setor público ficou em R\$ 3,348 bilhões.

As estatais federais responderam por mais de um terço do superávit de abril (R\$ 1,179 bilhão), com destaque para a Petrobras, que foi favorecida com os aumentos dos preços internos dos combustíveis. A estatal sai ganhando porque baseia seus preços nas cotações internacionais do petróleo (que estava em alta), enquanto a maior parte de sua produção é local. Daqui para a frente, não são tão boas as perspectivas de acúmulo de superávits primários gigantescos. A alíquota da CPMF (o imposto do cheque), por exemplo, caiu de 0,38% para 0,3% desde o último sábado, o que reduz a arrecadação.

Todo o esforço fiscal que o governo vem fazendo nos dois últimos anos tem o objetivo de impedir a explosão da dívida pública, mas o resultado primário de R\$ 3,348 bilhões em maio não impediu o crescimento do débito. Em maio os encargos da dívida foram bem maiores do que o governo conseguiu poupar. Os encargos atingiram R\$ 8,866 bilhões, puxados principalmente pelo desvalorização do real (3,2% no mês) sobre a dívida vinculada à cotação do dólar. A parcela dos encargos da dívida não coberta com dinheiro economizado do Orçamento foi de R\$ 5,171 bilhões. Como os governos conseguiram pagar apenas parte dos juros do mês, o débito da União, dos estados, dos municípios e das estatais subiu de R\$ 527,183 bilhões para R\$ 536,153 bilhões entre março e abril.